



Índice de Finanças Sustentáveis 2020



Brasil



GFLAC
Grupo de Financiamento Climático LAC



Finanças Sustentáveis
para o futuro



Status do país:

Posição nos 21 países mais emissores da América Latina e Caribe:

- Ocupa a **2ª** posição no total de emissões de CO2 da queima de combustíveis fósseis (IEA, 2018)
- Ocupa a **1ª** posição em emissões de GEE (inclui todos os setores) (WRI, 2017)



Situação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima:

1º NDC apresentado em 2016
2020 NDC revisado



Tipo de metas dentro dos NDCs: Incondicional

Objetivo de mitigação quantificada em NDCs:

Redução de 37% até 2025 e 43% até 2030, ambos em comparação com os níveis de 2005
Neutralidade de carbono em 2060

Inclui metas de adaptação: Sim

Custo estimado dos NDCs:

10 bilhões de dólares (anualmente)



Legislação sobre mudança do clima:

Sim, Lei que institui a Política Nacional de mudança do clima (Lei nº 12.187) de 2009



Arranjos institucionais para mudança do clima:

Sim, Comitê Interministerial de Mudança do Clima



Transparência do orçamento:

Ocupa a **2ª** posição dos 21 países analisados no Índice de Orçamentos Abertos (IBP, 2019).

Índice de Finanças Sustentáveis (IFS)

É uma ferramenta que permite que os países se posicionem de acordo com suas receitas e despesas associadas ao combate as mudanças do clima e ao desenvolvimento sustentável; bem como aqueles que podem ter um efeito adverso. O Índice é composto por 4 variáveis: 1) Renda Sustentável (inclui cooperação e financiamento desembolsado de fontes bilaterais e multilaterais dedicadas à mudança do clima); 2) Receitas intensivas em carbono (inclui receitas de hidrocarbonetos, mineração e combustíveis); 3) Orçamentos sustentáveis (inclui orçamento carimbado para mudança do clima, eficiência energética, energia renovável e atenção a desastres naturais); e, 4) Orçamentos intensivos em carbono (inclui orçamento atribuído à exploração de petróleo e gás). O Índice é acompanhado por outros 30 indicadores econômicos, sociais e ambientais. Para saber mais sobre o IFS e a metodologia, visite: sustainablefinance4future.org

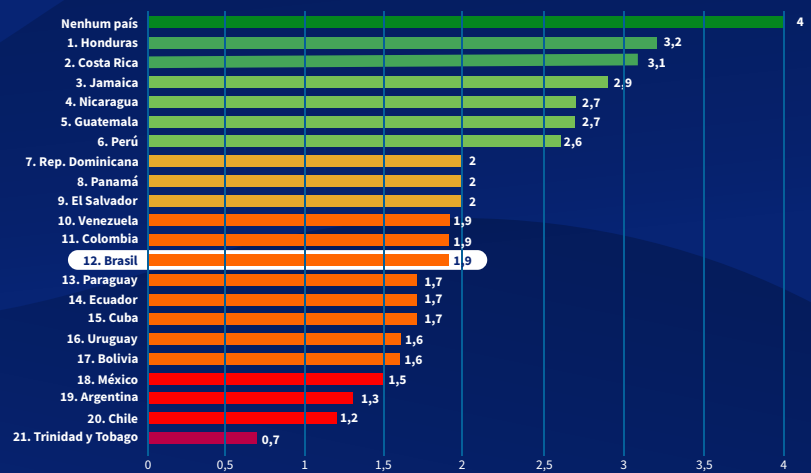
Resumo dos resultados da IFS:

O Brasil tem uma arquitetura institucional, um arcabouço legal e contribuições nacionalmente determinadas, principalmente "incondicionais" que, segundo eles, serão cobertas com recursos nacionais. No entanto, no ranking do IFS ocupa a posição **12 de 21** com finanças sustentáveis "**médio baixas**", resultado do desempenho médio que possui nas quatro variáveis de análise, que são apresentadas nos gráficos a seguir.

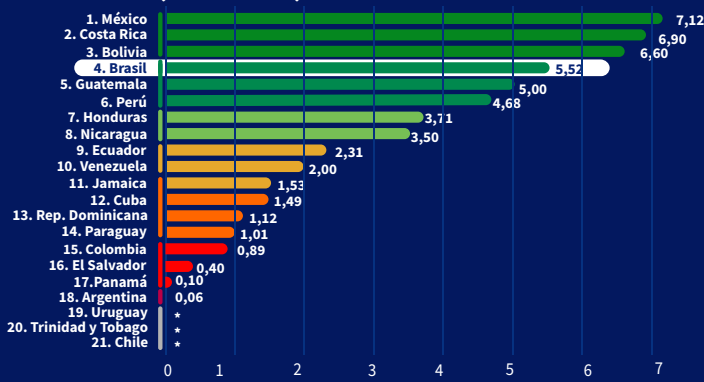
Nota 1: Todas as referências comparativas baseiam-se nos 21 países em estudo, sendo estes os que apresentam as maiores emissões de gases com efeito de estufa na região.

Nota 2: Esta edição do Índice é baseada em dados de financiamento público nacional e internacional.

Ranking de Finanças Sustentáveis (dados de 2019)

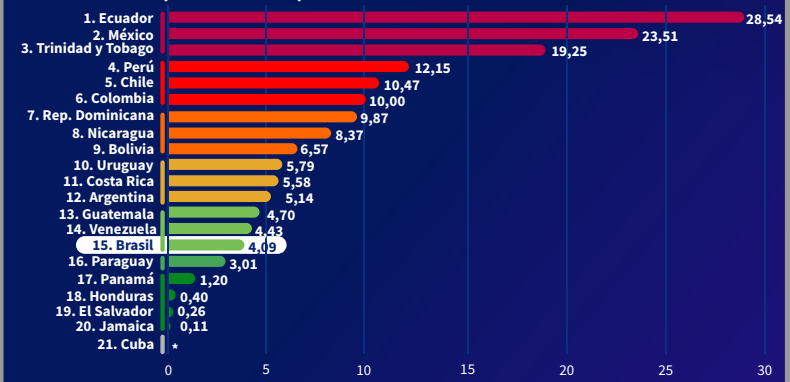


Ranking de renda sustentável (% do total) 2019



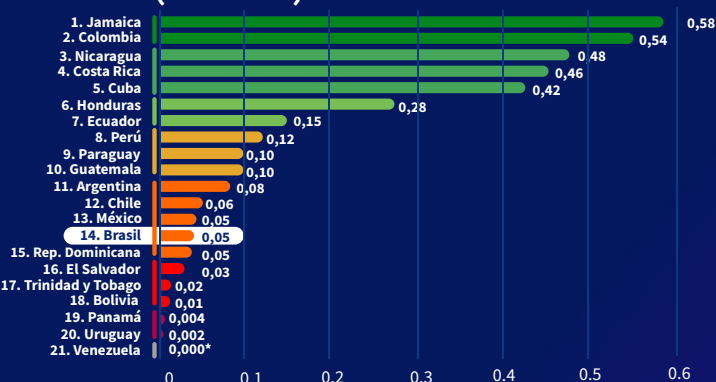
(*) Não há dados
Classifica **4 de 21** em renda Sustentável (Internacional)
Categoria: "ALTO"

Ranking de receita intensiva de carbono (% do total) 2019



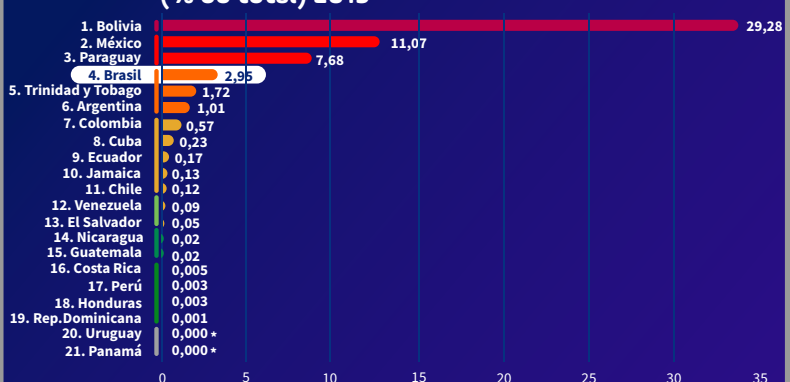
(*) Não há dados
Classifica **15 de 21** em renda Intensiva em Carbono
Categoria: "MÉDIO BAIXO"

Classificação de Orçamentos Sustentáveis (% do total) 2019



(*) Não há dados
Classifica **14 de 21** em orçamentos sustentáveis
Categoria: "MÉDIO BAIXO"

Classificação de Orçamentos Intensivos em Carbono (% do total) 2019



(*) Sem orçamento reservado
Classifica **4 de 21** em orçamentos intensivos em carbono
Categoria: "MÉDIO ALTO"



Indicadores sociais



População (BM, 2019)
Posição: 1 de 21 países
com 211.049.530 habitantes



Taxa de desemprego (WB, 2019)
Posição: 1 de 21 países com
taxa de 12,10% (anual)



Mortalidade por poluição do ar (WB, 2019)
Posição: 14 de 21 países com 29,9
óbitos por 100.000 habitantes (anual)



Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2020)

DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ALTO

Posição: 9 de 21 países e posição 79 dos 189
globalmente, com uma classificação de 0,761 de 1.000



Índice de desigualdade de gênero (WEF, 2020)

Posição: 19 de 21 países e posição
92 de 153 globalmente com uma
classificação de 0,691 de 1.000



Índice de pobreza multidimensional (OPHI, UNDP, 2020)

Posição: 10 de 21 países

O Brasil é considerado uma das maiores economias da América Latina e está entre as 10 maiores do mundo, com alto desenvolvimento humano. No entanto, é considerado um país com desafios significativos no que diz respeito à desigualdade, pobreza e desemprego. Este último é de 12,10% ao ano, bem acima da taxa média mundial (5,4%, segundo o Banco Mundial, 2020).



Indicadores ambientais



Índice de Risco climático em 2018 (Germanwatch, 2020)

Posição: 12 de 21 países e 91 de 181 países em todo
o mundo, com uma pontuação de 82,33 / 100 (país
com o menor risco de impactos associados à
mudança do clima)



Esgotamento de recursos naturais (WB, 2019)

Posição: 8 de 21 países com
taxa de esgotamento de recursos
de 2,61% do RNB.

O Brasil se posiciona como um dos países com menor risco diante de eventos associados às mudanças do clima, porém mantém um alto índice de esgotamento dos recursos naturais, se comparado aos outros 21 países.

Emissões de gases de efeito estufa

Emissões de GEE por setor:

33%



Setor de energia:

31%



Agricultura e Pecuária

24%



Mudança de uso do solo

5%



Resíduos

7%



Processos Industriais (BUR, 2019)



Emissões de CO2 (IEA, 2018):

Posição: 2 de 21 países com
406.500.000 toneladas de CO2

Posição: 12 de 21 países em emissões de CO2
per capita com um total de 1,9 toneladas
de CO2 per capita



Consumo total de energia (IEA, 2018)

Posição: 5 de 21 países com um total de
2,60 MWh / capita



Consumo de combustíveis fósseis (WB, 2014)

Posição: 6 de 21 países com um total
de 58% da energia total consumida



Consumo de energia renovável (WB, 2015):

Posição: 13 de 21 países com um total
de 42% da energia total consumida



Consumo de energia de fontes fósseis vs. renovável



Consumo de fontes fósseis: **58%**

Consumo de fontes renovável: **42%**

O Brasil é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa da região, principalmente CO2, ocupando a 2ª posição entre os 21 países mais emissores. Suas emissões são oriundas principalmente do setor de energia (33%), devido à produção e uso de combustíveis fósseis, apesar de quase metade de sua matriz energética ser considerada renovável. Enquanto a mudança no uso do solo, causa do desmatamento, é a segunda fonte mais importante de emissões do país (31%).



Indicadores econômicos

Finanças públicas gerais



Produto Interno Bruto (PIB) (BM, 2019)
Posição: 1 de 21 países
com US 1.880.000 milhões



Produto Interno Bruto per capita (WB, 2019)
Posição: 9 de 21 países com US 8.907 de PIB per capita



Receita total (2019):
Posição: 1 de 21 países
com US 821.818 milhões em receitas totais



Receita per capita (2019):
Posição: 5 de 21 países
com US 3.894 de renda per capita



Orçamento total alocado (2019):
Posição: 1 de 21 países
com US 852.269 milhões de orçamento total



Orçamento per capita (2019):
Posição: 4 de 21 países
com orçamento com US 4.038 per capita

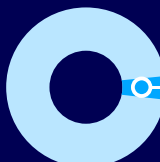


Financiamento e cooperação internacional



Financiamento para o desenvolvimento em 2018 (Aid Atlas, 2020)
Total comprometido: USD 6.260 milhões
Total desembolsado: USD 3.820 milhões

Posição: 2 de 21 como receptor do financiamento total desembolsado



Financiamento de mitigação bilateral: US 208 milhões
Financiamento bilateral para adaptação: US 4,57 milhões



Financiamento para o desenvolvimento dedicado às mudanças do clima em 2018 (Aid Atlas, 2020)
5,52%

Posição: 4 de 21 países que recebem financiamento de desenvolvimento dedicado às mudanças do clima como uma porcentagem do total (inclui todos os doadores bilaterais e multilaterais)



Financiamento recebido do Fundo Verde para o Clima (GCF, 2020)

TOTAL em 2020: US 200 milhões

Número de projetos financiados: 4

Tipo de projetos:

Mitigação 3

Ambos 1

Projetos de preparação: 3

Montante comprometido: US 1,2 milhão

Valor desembolsado: US 993.900

Posição: 1 de 21 países como receptor de financiamento GCF



Financiamento recebido do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF, 2020)

TOTAL em 2020: US 592.947 milhões

Número de projetos financiados: 67

Total de projetos para mudança do clima: 25

Posição: 1 de 21 países como receptor de financiamento do GEF



Fundos de Investimento Climático (CIF, 2020)

TOTAL em 2020: US 113,17 milhões (inclui financiamento e cofinanciamento)

Número de projetos financiados até o momento: 9

Tipo de projetos

Fundo de Tecnologia Limpa: 1 projeto

Programa de Investimento Florestal: 8 projetos

Posição: 7 de 21 países beneficiários de financiamento do CIF.



Financiamento recebido do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB, 2020)

TOTAL em 2020: US 12.578,64 milhões

Número de projetos financiados até o momento: 1.088

Projetos ativos (a partir de 2020): 83

Projetos ambientais (ativos): 1 de 83

Posição: 1 de 21 países como receptor de financiamento do IDB

O Brasil é o 2º destinatário de financiamento para o desenvolvimento em geral e o 4º de financiamento dedicado às mudanças do clima. Além de ser o primeiro como receptor de cooperação bilateral no assunto. Da mesma forma, recebe financiamento de organizações como o BID, de cujos projetos ativos (83) apenas 1 está relacionado com questões ambientais. No entanto, foram identificados projetos financiados pelo BID e outros bancos multilaterais por meio dos CIFs.

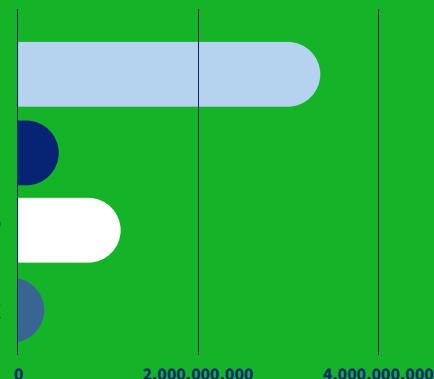
Comparação da receita associada à mudança do clima pelas principais fontes internacionais

Receita da cooperação bilateral para mudança do clima

Receita FVC

Receita GEF

Receita FIC



Receita da cooperação bilateral para mudança do clima (AOD): US 3.310 milhões

Receita FVC: US 200 milhões

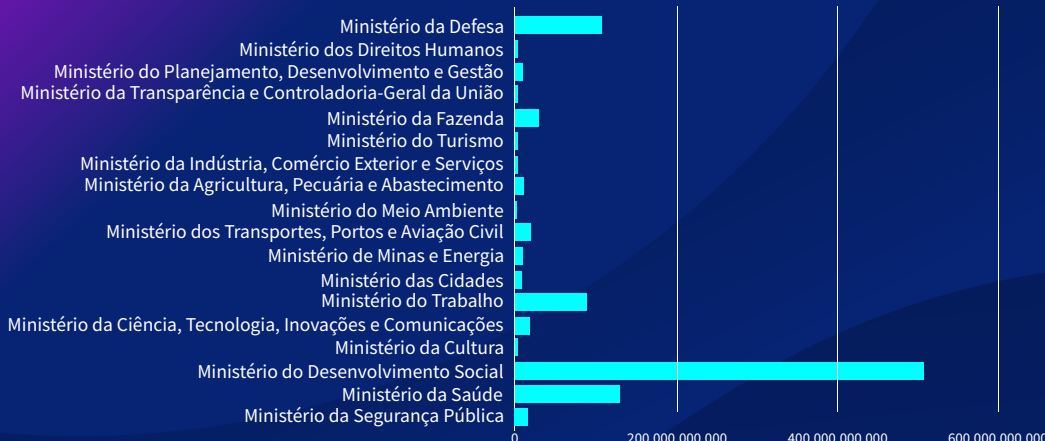
Receita GEF: US 592,9 milhões

Receita FIC: US 102,6 milhões



Orçamento sustentável

Alocação orçamentária para setores estratégicos no Brasil (em reais para 2019)

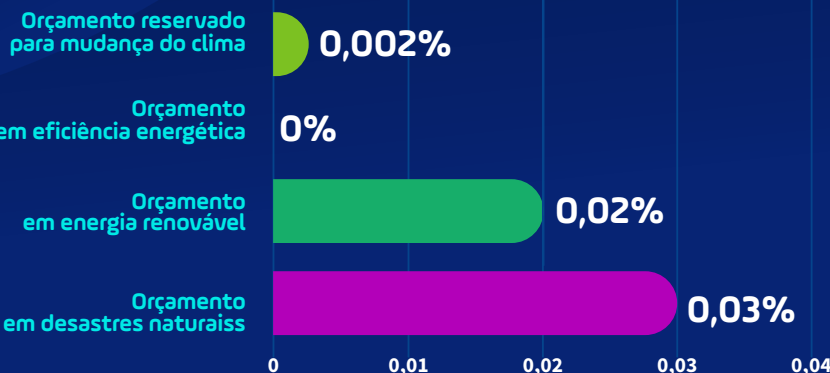


Fonte: Congresso Nacional, 2019. Este gráfico mostra a alocação orçamentária em áreas estratégicas que contextualizam a análise realizada no IFS.

Orçamento sustentável integrado

Orçamento sustentável reservado para mudança do clima, eficiência energética, energia renovável e redução de desastres:

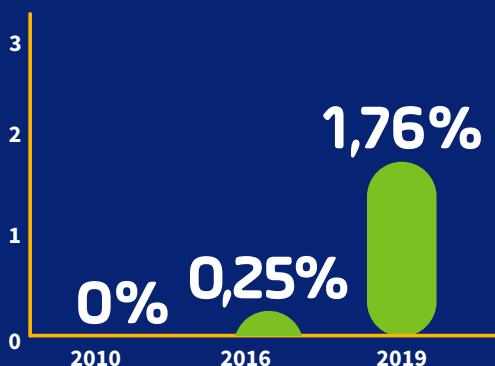
408 milhões de dólares representando 0,05% do orçamento total em 2019



Trajetórias



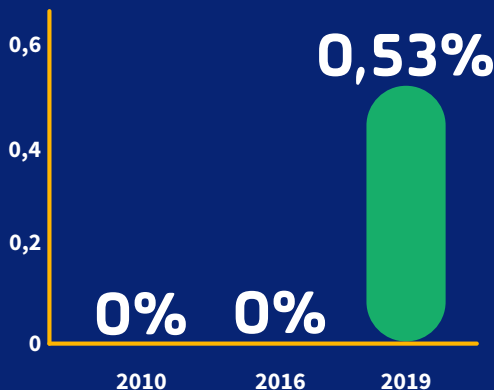
Orçamento reservado para mudança do clima no Ministério do Meio Ambiente



Trajetórias



Orçamento reservado para energia renovável dentro do Ministério de Minas e Energia

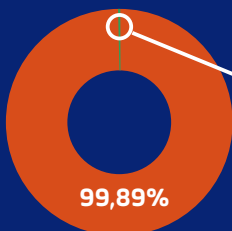


Orçamento sustentável: mudança do clima



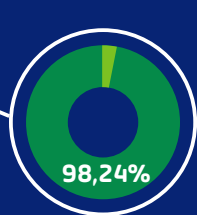
Orçamento do setor ambiental em relação ao total do país (2019)

0,11%



Orçamento reservado para mudança do clima no setor ambiental (2019)

1,76%

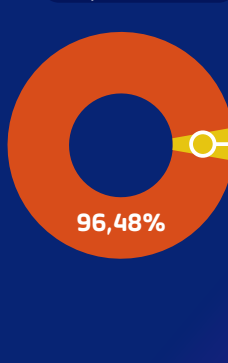


Orçamento sustentável: transição energética



Orçamento do setor de energia em relação ao total do país (2019)

3,52%



Orçamento reservado para energia renovável no setor de energia (2019)

0,53%



Orçamento reservado para eficiência energética no setor de energia (2019)

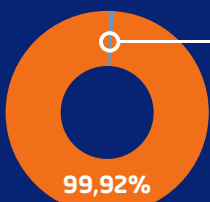
0,00%

Orçamento sustentável: desastres naturais



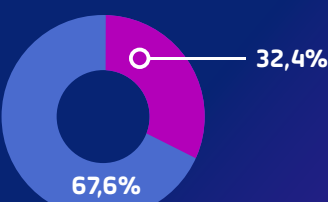
Orçamento do Ministério da Integração Nacional em relação ao total do país (2019)

0,08%



Orçamento reservado para prevenção e atenção a desastres naturais no Ministério da Integração Nacional (2019)

32,4%



- Em 2019, o orçamento sustentável do Brasil representou 0,05% dos gastos do país, com 0,002% do orçamento especificamente reservado para mudança do clima, 0,02% para energias renováveis e 0,03% para desastres naturais. Embora nenhum recurso reservado para eficiência energética tenha sido identificado. Vale ressaltar que há uma melhora na rotulagem de recursos em relação aos anos anteriores (2010 e 2016).
- Em relação à alocação orçamentária em setores-chave, destaca-se que 0,11% de todo o orçamento foi direcionado ao meio ambiente por meio do Ministério do Meio Ambiente, que por sua vez alocou 1,76% do seu gasto em clima cambial.
- Já o setor de energia foi alocado 3,5% do orçamento total, no qual há uma preponderância de investimentos em hidrocarbonetos, representando 83,9% do total do setor. Por sua vez, o orçamento reservado para energias renováveis representou 0,02% do orçamento para o setor de energia, enquanto não foram identificados recursos reservados para a eficiência energética.
- Por fim, o Ministério da Integração Nacional, que no Brasil é responsável pela resposta aos desastres naturais, representa 0,08% do orçamento total do país, do qual parte significativa é destinada ao atendimento desses desastres, atividade que representa 32,4% do orçamento total do setor.

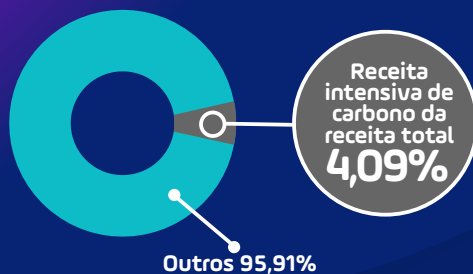


Finanças públicas intensivas em carbono

Receitas intensivas em carbono

Receita pública (% do total)

Receita intensiva em carbono versus receita total



Receita de hidrocarbonetos (2019) 3,87%

Receita de combustíveis (2019) 0,08%

Receita de mineração (2019) 0,14%

- Em 2019, 4,09% da receita pública brasileira era proveniente da arrecadação tributária e não tributária aplicável à exploração e extração de gás, petróleo e minerais, e de impostos sobre combustíveis.

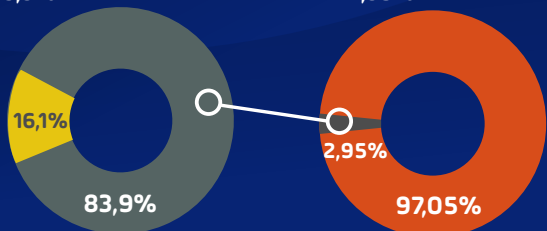
Orçamento intensivo em carbono



Orçamento para hidrocarbonetos no setor de energia (2019) 83,9%



Orçamento para hidrocarbonetos do total do país (2019) 2,95%



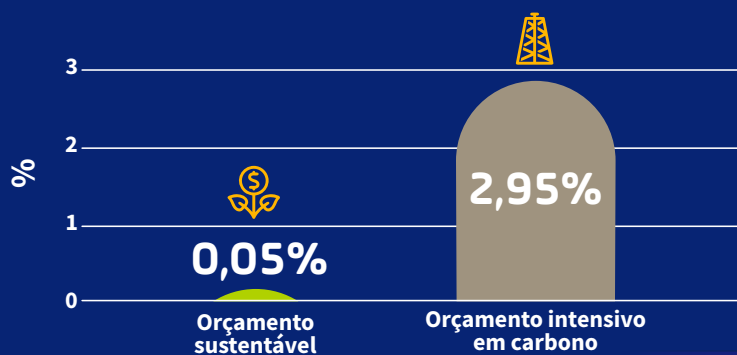
- O orçamento intensivo em carbono representou 2,95% do orçamento total do país, 148 vezes mais do que a soma do orçamento para energias renováveis e eficiência energética.
- O orçamento intensivo em carbono representou 83,9% do total do setor de energia, 158 vezes mais do que a soma do orçamento para energias renováveis e eficiência energética desse setor.

Síntese do caso Brasil:

- Em 2019, a receita intensiva em carbono (hidrocarbonetos, mineração e combustíveis) foi 159,3 vezes maior do que a receita de financiamento sustentável internacional (que inclui todas as fontes bilaterais e multilaterais explicitamente dedicadas às mudanças do clima para 2018). Essa receita intensiva em carbono foi 8,8 vezes maior do que toda a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento desembolsada em 2018.
- Em 2019, o orçamento intensivo em carbono representou 2,95% do orçamento total do país, ou seja, 59 vezes mais recursos foram investidos em hidrocarbonetos do que nas categorias de orçamentos sustentáveis, compostos por gastos carimbados para mudança do clima, eficiência energética, energias renováveis e desastres naturais.
- Em uma lógica de transformar os investimentos públicos e contribuir para o desenvolvimento de baixo carbono e resiliente ao clima, foi sugerido investir pelo menos 2% do PIB em ações para enfrentar as mudanças do clima (Stern, 2008). Se isso fosse cumprido, a estimativa orçamentária necessária no Brasil seria de 4,4% do orçamento total, enquanto o investimento identificado seria de 0,05%. É possível que outros recursos investidos no país contribuam com 4,4%, mas alguns setores não têm ações rotuladas no assunto, o que será objeto de análises futuras em edições futuras do Índice. No entanto, o objetivo deve ser alinhar todos os fluxos de financiamento conforme estipulado pelo Acordo de Paris.
- Os PADs de 2020 do Brasil indicam que são necessários 10 bilhões de dólares anualmente para cumpri-los, no entanto, considerando a receita sustentável do financiamento internacional para o desenvolvimento e seu próprio orçamento sustentável, o país atingiu apenas 6,19% em 2018-2019 do que você precisaria para cobrir seu NDCs. No entanto, com a alocação de orçamentos intensivos em carbono em 2019 (25,161 milhões de dólares), 2,5 vezes as necessidades anuais poderiam ser atendidas.

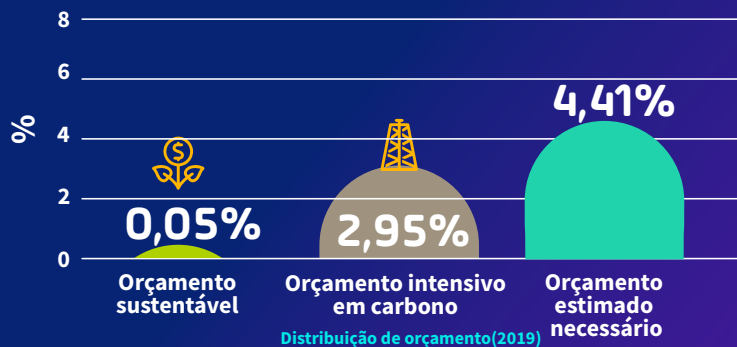
Comparação entre orçamento sustentável e orçamento intensivo em carbono

Orçamento sustentável: US 408 milhões
Orçamento intensivo em carbono: US 25.161 milhões



Orçamento necessário estimado (2% do PIB) em 2019: US 37.600 milhões, equivalente a 4,4% do orçamento em 2019
US 408 milhões vs US 37.600 milhões

Comparação do orçamento sustentável versus orçamento intensivo em carbono versus o cenário de 2% do PIB (87,3 milhões vs 37600 milhões)



Distribuição de orçamento (2019)



Recomendações:

- Realizar uma reforma tributária que permita diversificar suas fontes de arrecadação e conseguir a descarbonização de suas finanças públicas.
- Aumentar os investimentos públicos em ações de sustentabilidade e atenção às mudanças do clima, para atingir a alocação anual de pelo menos 2% do PIB.
- Promover o alinhamento do sistema financeiro público com o estabelecido no Acordo de Paris em seu Artigo 2.1.c, a fim de compatibilizar os fluxos de financiamento com o desenvolvimento de baixo carbono e resiliente ao clima.
- Reduzir rapidamente os investimentos públicos na produção e exploração de combustíveis fósseis, incluindo os recursos investidos em empresas públicas do setor de hidrocarbonetos.
- Aumentar substantivamente os investimentos em energias renováveis e eficiência energética, o que pode ser feito através do aumento dos recursos direcionados às empresas públicas responsáveis por projetos de energias renováveis.
- Criar uma taxonomia e metodologia para a integração das alterações climáticas na despesa pública do país de forma transversal, que facilite a sua governação e contabilização.
- Aumentar os níveis de transparência e desagregação dos dados orçamentários sobre mudança climática e desenvolvimento sustentável.
- Criar um sistema para medir, relatar e verificar as várias fontes de financiamento para monitorar e identificar lacunas e necessidades de investimento.

Esgotamento dos recursos naturais: O esgotamento dos recursos naturais é a soma do esgotamento líquido das florestas, esgotamento da energia e esgotamento dos minerais. Dados do Banco Mundial para 2018 disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/NY.ADJ.DRES.GN.ZS>

Banco Interamericano de Desenvolvimento: Refere-se ao financiamento total obtido do BID, incluindo número de projetos e tipos de projetos. Dados do BID atualizados até 2020 disponíveis em <https://www.iadb.org/es/paises/argentina/estrategia-y-representacion>

Lacunas de gênero: O Índice Global de Disparidade de Gênero examina a disparidade entre homens e mulheres em quatro categorias fundamentais: participação econômica e oportunidade, realização educacional, saúde e sobrevivência e empoderamento político. Dados do Fórum Econômico Mundial (2020) para 2019 disponíveis em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf

Consumo de combustíveis fósseis (% energia total): Consumo de energia proveniente de combustíveis fósseis, com relação à energia total consumida no país. Dados do Banco Mundial para 2014 disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/EG.USE.COMM.FO.ZS?locations=AR>

Consumo de energia per capita (MWh / per capita): O consumo de energia per capita é uma medida de intensidade, resultante da relação entre o consumo interno de energia (MWh) e a população (expressa em habitantes). Dados da Agência Internacional de Energia para 2018 disponíveis em <https://www.iea.org/data-and-statistics?country=VENEZUELA&fuel=Energy%20consumption&indicator=Electricity%20consumption%20per%20capita>

Consumo de energia renovável (% da energia total consumida): Consumo de energia proveniente de energias renováveis em relação à energia total consumida no país. Dados do Banco Mundial para 2015 disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/EG.USE.COMM.FO.ZS?locations=AR>

Desenvolvimento Humano: É um indicador sintético dos resultados médios obtidos nas dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, nomeadamente, ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e usufruir de um nível de vida digno. Dados do PNUD para 2019, disponíveis em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_spanish.pdf

Emissões de GEE por setor: Refere-se ao total de emissões de GEE por setor representado como um percentual do total. BUR, 2019 para o caso do Brasil, disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/2018-02-28_BRA-BUR3_ENG_FINAL.pdf

Emissões per capita (CO2) (Toneladas): Emissões totais de dióxido de carbono (CO2) dividido pelo número de sua população. Dados da Agência Internacional de Energia para 2018 disponíveis em <https://www.iea.org/data-and-statistics?country=CHILE&fuel=CO2%20emissions&indicator=Total%20CO2%20emissions>

Emissões totais de CO2 (Toneladas): Emissões totais de dióxido de carbono (CO2) (correspondem às geradas pela queima de combustíveis fósseis, à produção de cimento e às emissões geradas por mudanças no uso do solo e silvicultura). Dados da Agência Internacional de Energia para 2018 disponíveis em <https://www.iea.org/data-and-statistics?country=CHILE&fuel=CO2%20emissions&indicator=Total%20CO2%20emissions>

Emissões totais de GEE (MtCO2eq): Emissões de gases de efeito estufa em milhares de toneladas de dióxido de carbono equivalente. Dados do World Resources Institute para 2017, disponíveis em https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?end_year=2017&start_year=1990

Global Environment Facility (GEF): Refere-se ao financiamento total obtido do GEF, incluindo número de projetos e tipo de projetos. Dados GEF atualizados para 2020 disponíveis em <https://www.thegef.org/country>

Fundo Verde para o Clima (GCF): Refere-se ao financiamento total obtido do GCF, incluindo número de projetos e tipo de projetos. Dados GCF atualizados até 2020 disponíveis em <https://www.greenclimate.fund/countries/argentina>

Fundos de Investimento Climático (FIC): Refere-se ao financiamento total obtido do CIF, inclui número de projetos e tipos de projetos. Dados CIF atualizados para 2020 disponíveis em <https://www.climateinvestmentfunds.org/country>

Mortalidade atribuída à poluição do ar: Taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar ambiente e domiciliar (número de mortes atribuíveis aos efeitos conjuntos da poluição do ar ambiente e domiciliar em um ano, por 100.000 habitantes). Dados do Banco Mundial para 2016 disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/SH.STA.AIRP.P5>

NDC: Contribuições Nacionalmente Determinadas. Os primeiros NDCs do Brasil disponíveis em <https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Brazil%20First/BRAZIL%20INDC%20english%20FINAL.pdf>. NDC revisado em 2020 disponível em [https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Brazil%20First/Brazil%20First%20NDC%20\(Updated%20submission\).pdf](https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Brazil%20First/Brazil%20First%20NDC%20(Updated%20submission).pdf)

População: A população total é baseada naquela que conta todos os residentes, independentemente de seu status legal ou cidadania. Dados do Banco Mundial para 2019 disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

Pobreza multidimensional: Porcentagem da população que vive em pobreza multidimensional, ajustada de acordo com a intensidade da privação. Dados do PNUD e OHDI para 2019 disponíveis em https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/UNDP_OPHI_2020_G-MPI_Charting_SPA_C.pdf

Produto Interno Bruto (PIB) per capita: o PIB mede o valor monetário dos bens e serviços finais —ou seja, aqueles adquiridos pelo consumidor final— produzidos por um país em um determinado período, dividido pela população total. Dados do Banco Mundial para 2019 disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=VE>

Produto Interno Bruto (PIB): o PIB mede o valor monetário dos bens e serviços finais - ou seja, aqueles adquiridos pelo consumidor final - produzidos por um país em um determinado período (por exemplo, um trimestre ou um ano), e conta todo o produto gerado dentro das fronteiras. Dados do Banco Mundial para 2019 disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=VE>

Risco climático: O Índice de Risco Climático Global Germanwatch é uma análise baseada em um dos conjuntos de dados mais confiáveis disponíveis sobre os efeitos de eventos climáticos extremos e dados socioeconômicos associados. Germanwatch, disponível em https://www.germanwatch.org/sites/germanwatch.org/files/20-2-01e%20Global%20Climate%20Risk%20Index%202020_16.pdf

Desemprego total: Proporção da força de trabalho que está desempregada, mas disponível e à procura de trabalho. Dados do Banco Mundial para 2019 disponíveis em https://datos.bancomundial.org/indicador/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2019&location_s=BO&start=1991

Transparência orçamentária: Classificação da International Budget Partnership (avalia a disponibilidade online, oportunidade e integridade de oito documentos orçamentários principais). Dados IBP para 2019, disponíveis em https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019_Ranking_EN.pdf

Indicadores de finanças públicas:

Financiamento para o desenvolvimento: é constituído por todos os fluxos financeiros e monetários bilaterais e multilaterais destinados aos países em desenvolvimento. Recursos comprometidos e desembolsados estão incluídos. Dados do SEI Ait Atlas para 2018 disponíveis em <https://aid-atlas.org/>

Financiamento para o desenvolvimento dedicado à mudança do clima: Refere-se ao financiamento para o desenvolvimento que visa abordar a mudança do clima. Dados do SEI Ait Atlas para 2018 disponíveis em <https://aid-atlas.org/>

Receitas de combustíveis: receitas fiscais de impostos aplicáveis à comercialização de combustíveis. Ministério da Economia, disponível em <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/2019-relatorios-do-resultado-da-arrecadacao-anos-antigos-capa>

Receitas de hidrocarbonetos: receitas fiscais das atividades de exploração e extração de petróleo e gás. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, disponível em <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/participacoes-governamentais-consolidadas>

Receitas da mineração: receitas fiscais das atividades de exploração e extração mineral. Agência Nacional de Mineração, disponível em https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao_cfem.aspx

Receitas totais: Receitas de Orçamento Fiscal e Previdência Social obtidas. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência, disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento?ano=2019>

Orçamento para mudança do clima: gastos públicos carimbados para mudança do clima atribuídos ao setor ambiental. Congresso Nacional, disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/orcamento/orcamentos-anuais/2019/loa-2019/volume-iv.pdf>

Orçamento para desastres naturais: Gasto público carimbado para ações de Gestão de Riscos e Desastres do Ministério da Integração Nacional. Congresso

Nacional, disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/orcamento/orcamentos-anuais/2019/loa-2019/volume-iv.pdf>

Orçamento para eficiência energética: gastos públicos carimbados para eficiência energética atribuídos ao setor de energia. Congresso Nacional, disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/orcamento/orcamentos-anuais/2019/loa-2019/volume-iv.pdf>

Orçamento de energia renovável: gasto público carimbado para energia renovável alocado no setor de energia. Congresso Nacional, disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/orcamento/orcamentos-anuais/2019/loa-2019/volume-iv.pdf>

Orçamento para hidrocarbonetos: gastos públicos carimbados para gás e petróleo atribuídos ao setor de energia. Congresso Nacional, disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/orcamento/orcamentos-anuais/2019/loa-2019/volume-iv.pdf>

Orçamento dos setores estratégicos: orçamento atribuído a diferentes ministérios. Congresso Nacional, disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/orcamento/orcamentos-anuais/2019/loa-2019/volume-iv.pdf>

Orçamento sustentável: Soma do orçamento carimbado para mudança do clima do setor ambiental, e o orçamento carimbado para energia renovável e eficiência energética do setor de energia.

Orçamento total: Despesas do Orçamento Fiscal e da Segurança Social atribuídas. Congresso Nacional, disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento/orcamento/orcamentos-anuais/2019/loa-2019/volume-iv.pdf>

Nota: O IFS é baseado no trabalho de Guzmán, Sandra (2020) Incorporação das mudanças do clima nos orçamentos públicos dos países em desenvolvimento: Uma análise de método misto aplicada aos países da América Latina e Caribe. Departamento de Política da Universidade de York. Pp. 233.